

3 JUL. 1975

## SINDICATOS

# MAIS TRINTA DIAS PARA APROVAR ESTATUTOS

Com a prorrogação, por trinta dias, do prazo para a aprovação dos estatutos previsto na Lei Sindical, muitos sindicatos poderão agora abrandar o ritmo das assembleias gerais convocadas para aquele efeito. De acordo com a lei, o prazo terminaria, impreterivelmente, depois de amanhã. O Conselho da Revolução, no entanto, conhecendo a dificuldade de alguns sindicatos de reunir o *quorum* exigido, decidiu prorrogar o prazo por trinta dias.

De qualquer modo, muitos sindicatos continuam a discutir os estatutos, predvendo-se que alguns sejam aprovados hoje.

Assim, para esta noite, têm assembleias gerais marcadas para discussão e aprovação os estatutos, prevendo-se que dos Descarregadores de Mar e Terra do Distrito de Setúbal, Oficiais Manuinistas da Mari-

nha Mercante, Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, Profissionais de Seguros do Distrito de Lisboa, Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa, Capitães, Oficiais Náuticos e Comissários da Marinha Mercante, e Electricistas do Norte. As reuniões marcadas realizar-se-ão todas esta noite, entre as 21 e as 21 e 30.

Também para esta noite, está marcado um plenário dos sindicatos filiados na União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal, no Inatel, para discussão e aprovação dos estatutos daquela União.

Outras reuniões sindicais marcadas para hoje: delegados sindicais do sector da Construção Civil do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, para tratar da verticalização sindical do sector; Sindicato dos

Trabalhadores do Comercio do Distrito de Lisboa para discussão do projecto de contrato colectivo de trabalho vertical da indústria química; Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto para informações sobre o contrato colectivo (despachantes) e decidir sobre as medidas a tomar pelos trabalhadores; delega-

dos sindicais do sector de fabricantes de material eléctrico do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto, para informações sobre o contrato colectivo de trabalho.

Entretanto, o Sindicato dos Economistas aprovou os novos estatutos e aderiu à Intersindical.

Sindicatos, comissões de moradores e grupos de trabalhadores

Manifestações de confiança e apoio a Vasco Gonçalves e críticas às afirmações de Mário Soares no sábado

Assim como o fizeram nos dias que precederam imediatamente a crise social e política do último fim-de-semana — em que intervieram activamente alertando a opinião pública portuguesa para uma eventual manobra conjunta de forças reaccionárias e contra-revolucionárias que, a coberto da convocação por parte da direcção do PS de grandes comícios para o Porto e Lisboa, pretendiam fazer recuar o processo revolucionário, nomeadamente desencadeando uma onda de conflitos sociais e pondo em causa o MFA através da personalidade do actual Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves —, estabilizada enfim a situação política, com um novo reforço das forças sociais, políticas e militares verdadeiramente revolucionárias e o estreitamento, na prática, da aliança Povo-MFA, grupos de trabalhadores de empresas e sindicatos, comissões de moradores, assembleias populares locais e diversos partidos políticos progressistas emitiram comunicados ou aprovaram moções em que, no fundamental, se reafirma, por um lado, o seu apoio à personalidade política e militar do general Vasco Gonçalves e à intervenção activa e num sentido revolucionário do MFA na vida nacional, e em que, por outro lado, são tecidas duras críticas às afirmações produzidas pelo secretário-geral do PS, dr. Mário Soares, em comícios efectuados nos últimos dias e, sobretudo, no passado sábado, em Lisboa, frente à Fonte Luminosa.

Assim, a Intersindical Nacional difundiu, ontem, um comunicado em que, sob as palavras de ordem «Viva a Unidade Povo-MFA», «Viva o MFA», «Viva os generais Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho», «Viva a classe trabalhadora», «Viva a Revolução», e afirmando «interpretar o sentimento da esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses», «manifesta o seu mais forte e incondicional apoio ao general Vasco Gonçalves — que considera um «revolucionário patriota e defensor das classes trabalhadoras» —, «ao mesmo tempo que repudia vivamente as acusações e incriminações que sobre a sua pessoa foram feitas pelo secretário-geral do PS, dr. Mário Soares».

«O ataque calunioso, venha ele sob a capa que vier, a um homem que, pela sua prática, tem estado na primeira linha da Revolução e que ainda há pouco tempo afirmou que «o inimigo principal é o capitalismo» só pode partir de pessoas que estejam ao serviço do mesmo capitalismo», refere-se nesse comunicado para, mais adiante, se acrescentar:

«O dr. Mário Soares, ao reconhecer, no último número de «O Jornal», que neste momento a direita pode apoiar determinadas manifestações e teses do PS, demonstra claramente que a direcção deste Partido está consciente que a sua política aventureirista de direita favorece o campo de manobra da reacção fascista e capitalista.»

**Manter a vigilância, reforçar a unidade**

Logo a seguir, pergunta o secretário da central única dos trabalhadores portugueses:

«Quem merece a confiança dos trabalhadores para governar? O general Vasco Gonçalves, que afirma que a unidade é a coisa mais importante para os trabalhadores, ou o dr. Mário Soares, que lança campanhas divisionis-

tas entre eles, utilizando a calúnia e a mentira baixa contra os sindicatos e as direcções sindicais? O general Vasco Gonçalves, que apoia e estimula a batalha da produção como um dos meios de se alcançar a independência nacional face ao imperialismo, ou o dr. Mário Soares, que desmobiliza os trabalhadores para poder utilizar o auxílio económico dos seus amigos sociais-democratas da Europa, como arma política? O general Vasco Gonçalves, que apoia a decisiva caminhada do proletariado rural pela Reforma Agrária que irá beneficiar centenas de milhares de portugueses, ou o dr. Mário Soares que falta às reuniões de Conselho de Ministros, onde se vão aprovar essas medidas «porque não teve tempo para estudar o assunto»? O general Vasco Gonçalves, que se opôs firmemente com os seus camaradas do MFA às manobras ditatoriais de Spínola, ou o dr. Mário Soares, que fala em liberdades mas fazia uma política de namoro ao general de monóculo? O general Vasco Gonçalves que, de acordo com os outros elementos do MFA e do CSR, aplica uma política económica contra os monopólios e latifúndios, ou o dr. Mário Soares que sempre defendeu uma política de compromisso com esses exploradores do Povo Português? O general Vasco Gonçalves que apoia o poder popular aprovado na Assembleia do MFA, ou o dr. Mário Soares, que tem medo do poder popular? O general Vasco Gonçalves, que é por um socialismo autêntico, em que o poder político está nas mãos dos trabalhadores, ou o dr. Mário Soares, que fala num «socialismo em liberdade» que tanto agrada ao general Galvão de Melo, do CDS?»

A concluir, sublinha-se no comunicado da Intersindical Nacional:

«O ataque ao general Vasco Gonçalves, não visa somente a sua pessoa. É uma fase da escalada reaccionária que pretende a divisão do MFA, lançar a desconfiança do povo sobre os valores oficiais, sargentos, soldados e marinheiros que libertaram o povo em 25 de Abril, para quebrar a aliança Povo-MFA e fazer retroceder o irreversível processo revolucionário rumo ao socialismo.»

«A Intersindical alerta os trabalhadores da necessidade de continuarem vigilantes nos seus locais de trabalho para as futuras manobras das forças reaccionárias, ao mesmo que reafirma a premissa em levar a cabo todas as acções que possam conduzir ao reforço de unidade entre todos os trabalhadores sinceramente interessados na Revolução.»

**«Repúdio das calúnias venenosas e divisionistas»**

«Camarada Vasco Gonçalves, Reafirmamos o total apoio já manifestado aquando da tua presença junto dos trabalhadores da Sorefame. Assim estamos contigo e com as medidas da Assembleia do MFA, prontos a esmagar todas as manobras reaccionárias que pretendam travar a caminhada para a sociedade que terminará com a exploração do homem pelo homem e em que será conquistada a independência nacional. Avante pela constituição de um Governo verdadeiramente revolucionário e condenação severa aos conspiradores. Unidos venceremos.»

Estes são os temas, por exemplo, da mensagem enviada

da pelos trabalhadores da Sorefame ao general Vasco Gonçalves.

O Conselho de Defesa dos Trabalhadores da Lisnave, por seu turno, reafirmando o seu «total apoio» ao Conselho Superior da Revolução, MFA, Presidente da República, general Costa Gomes, Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves e general Otelo Saraiva de Carvalho, apela «para a unidade da classe operária e dos trabalhadores, neste momento grave, em volta do MFA e Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves, de modo a cortar o caminho à contra-revolução para que os objectivos do 25 de Abril não sejam traídos».

Ao mesmo tempo o CDT da Lisnave, referindo-se «às palavras insultuosas, caluniadoras e antipatriotas» proferidas pelo dr. Mário Soares no passado sábado, em Lisboa, «repudiam veementemente todas as calúnias venenosas e divisionistas, proferidas contra o Movimento das Forças Armadas e o general Vasco Gonçalves, assim como repudiam as pessoas que põem em causa a legitimidade revolucionária»; «consideram as manifestações-coomícios do fim-de-semana, organizadas pelo dito Partido «progressista», não comícios com fins partidários, mas sim como uma tomada de posição na mobilização de massas no sentido de criar condições à contra-revolução»; «chamam a atenção de todos os militantes revolucionários do Partido Socialista, que tomem consciência do perigo, com consequências imprevisíveis, que está a ser lançado pela cúpula do Partido Socialista, e apelam para que o Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves, «forme um Governo verdadeiramente revolucionário, que interprete as verdadeiras aspirações da classe operária e dos trabalhadores (a sociedade onde acaba a exploração do homem pelo homem)».

Também aprovaram moções do mesmo teor, grupos de trabalhadores da Casa Monteiro, da Guide Artes Gráficas, da firma Equimetal (Barreiro), da Construtora Moderna, de funcionários progressistas do Instituto de Alta Cultura, da Direcção dos Serviços de Telecomunicações e da Direcção dos Serviços Radioelétricos dos CTT, da Wagons Lits (de Santa Apolónia), de bancários em vigilância revolucionária no seu sindicato, da Fábrica Fim, da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres, do Instituto Luso Farmaco e Paolo Coco (em plarnário) e ainda da Companhia de Seguros UAT (ex-Urbaine).

Enquanto a comissão intersindical da Fábrica Fima também «pede actuação revolucionária por forma a impedir a repetição de manobras (do tipo daquelas a que se assistiu no último fim-de-semana) que considera constituir um ataque frontal à Revolução Portuguesa», a comissão de trabalhadores da COPAM, face aos últimos acontecimentos, apela nomeadamente, para «o constante reforço da unidade das massas populares com o MFA». Do mesmo modo se pronunciam as comissões de trabalhadores da firma Rankine Lda. (Cova da Piedade) e da CTM/SCM, assim como a comissão de delegados sindicais do Banco Totta & Acores (Lisboa) e um grupo de trabalhadores da freguesia de Algés-Carnaxide.

Ao mesmo tempo, um grupo de trabalhadores progressistas da Garagem Conde Barão, «conscientes da necessidade urgente de defender até

às últimas consequências a Revolução Portuguesa», e que «este objectivo só se atingirá com a organização e consciencialização cada vez maior das massas populares», decidiram constituir-se em Comité de Defesa da Revolução, em estreita colaboração com o MFA «para se avançar decididamente na Revolução Socialista, cada vez mais atacada por forças reaccionárias internas e externas, de que é exemplo flagrante os acontecimentos do último fim-de-semana.»

**Medidas drásticas contra os reaccionários**

Diversas comissões de moradores aprovaram, ainda, moções em que reflectiam a sua posição sobre o presente momento político. Entre outras, citamos os casos das comissões de moradores das freguesias de São Jorge de Arroios, de São Critóvão e da Sé de Lisboa e do bairro e da freguesia de Santo André, do Barreiro, assim como cerca de cem moradores da Cova da Piedade.

As comissões de moradores e de bairro da freguesia de Santo André, do Barreiro, nomeadamente, reunidas em praça pública, decidiram exigir do Conselho Superior da Revolução «medidas drásticas e urgentes no sentido de serem limitadas as liberdades aos inimigos da liberdade, da paz e do socialismo, mesmo que se arroguem seus defensores», «considerando que o fascismo se encapota de diversas formas desde o 28 de Setembro como «maioria silenciosa», passando pelo 11 de Março com «minoría salvadora da matança da Páscoa» e agora se diz «maioria ruidosa», sempre em pé de igualdade de liberdades com os trabalhadores explorados, que o MFA só poderá defender a via socialista se não der liberdades iguais aos seus inimigos de morte: os reaccionários. Porque estes ainda dispõem de grande parte do poder económico que compra traidores e mercenários; e que não poderão existir contemplanções para com aqueles que sempre oprimiram o Povo português e agora se servem de poleiros oferecidos para iniciarem a contra-revolução.»

Continuam ainda a chegar ao nosso jornal os textos de moções aprovadas por trabalhadores, em diversas empresas, em reuniões efectuadas nos dias imediatamente anteriores ao passado fim-de-semana — professores da Escola Secundária de Torres Novas, trabalhadores do distrito de Portalegre pertencentes às comissões de trabalhadores das herdades ocupadas (reunidas em Benavilla), trabalhadores da Casa Manuel Pinheiro e da Levitex, dos delegados da Assembleia Popular de Alpiarça e dos trabalhadores da Maguê (de Alverca do Ribatejo).

Os trabalhadores das firmas Manuel Pinheiro e Levitex, na passada quinta-feira, apoiaram, assim, uma moção de que constam os seguintes pontos:

«Apoio às medidas da última Assembleia do MFA; aplicação de medidas drásticas e revolucionárias perante a escalada da reacção; julgamento dos pides/DGS, LP e ANP em tribunais revolucionários; peia consolidação das conquistas dos trabalhadores, rumo ao socialismo; Por um Governo Revolucionário ao serviço dos trabalhadores; pela unidade revolucionária do binómio Povo-MFA; pelo apoio incondicional da massa trabalhadora ao Primeiro-Ministro, Presidente da República e Conselho da Revolução.»

**Apoio da Intersindical**

Num comunicado difundido ontem, a Intersindical Nacional manifesta «o seu mais forte e incondicional apoio ao general Vasco Gonçalves, revolucionário, patriota e defensor firme das classes trabalhadoras», ao mesmo tempo que rebate «e repudia vivamente as insinuações que sobre a sua pessoa foram feitas pelo secretário-geral do PS, dr. Mário Soares».

O comunicado prossegue denunciando as campanhas de divisionismo lançadas pelo PS entre os trabalhadores e acusando a cúpula socialista de fazer o jogo da reacção. O comunicado termina com várias palavras de ordem e vivas aos generais Costa Gomes, Otelo e Vasco Gonçalves.

Por outro lado, o grupo de trabalho do centro cultural dr Magalhães Lima, de Alfama repudia também as acusações dirigidas a Vasco Gonçalves e manifesta-lhe o seu apoio. A mesma posição é assumida pelo Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários Metalúrgicos e Metalomecânicos de Lisboa, o Sindicato dos Montadores de Automóveis e a comissão coordenadora dos trabalhadores da Empresa Pública das Águas de Lisboa.

# CONGRESSO DOS SINDICATOS COMEÇA HOJE

COM a finalidade de definir os objectivos fundamentais da luta dos trabalhadores na edificação da sociedade socialista, inicia-se esta tarde, a partir das 15 horas, na Fundação Gulbenkian, o Congresso dos Sindicatos em cuja agenda de trabalhos se prevê também a discussão e aprovação dos estatutos da Intersindical e a eleição do novo secretariado nacional para o triénio 1975-1977.

Este congresso, que encerrará no próximo domingo, dia 27, por volta das 17 horas, vem retomar uma tradição de há quase um século de organização da classe operária portuguesa que efectuou o seu primeiro Congresso das Associações de Classe em 1885. Após o encontro de 1922 e em resultado da ditadura fascista que seis anos mais tarde foi instaurada no País abatendo a sua mais forte repressão sobre a classe trabalhadora, não foi possível concretizar nenhuma outra iniciativa do género.

Neste moento em que as massas trabalhadoras assumem cada vez mais o papel que lhes cabe no processo revolucionário em curso e tomam os seus destinos nas suas próprias mãos, a realização de um Congresso dos Sindicatos torna-se não só possível como também necessária tanto mais que a Intersindical já foi legalizada como central sindical única e há necessidade de dar cumprimento à própria lei sindical, na qual se determina que a central sindical única será criada a partir de um congresso aberto a todos os sindicatos.

No sentido de se definirem quais as tarefas que cabem aos sindicatos na luta pela emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores, será apresentado no decorrer do congresso um documento de acção e orientação sindical no qual se faz um levantamento dos problemas que mais afectam a classe operária e se apontam soluções tendo sempre em vista a construção da sociedade sem classes.

Segundo um comunicado da Intersindical Nacional, participam neste Congresso dos Sindicatos cerca de 200 organizações sindicais, representando aproximadamente noventa por cento dos trabalhadores. Estarão também presentes, tendo sido expressamente convidados para o efeito, delegados das comissões de

trabalhadores, formas organizativas da classe operária que pretendem chamar a si todas aquelas tarefas que possam transcender o carácter marcadamente reivindicativo dos sindicatos e que se inserem na luta dos trabalhadores pela tomada do Poder.

A direcção do Sindicato dos Jornalistas, por decisão dos seus sócios, estarão apenas presente a título de «observadora sem direito a voto (nem sequer para abstenção)».

Os temas em discussão no congresso estão intimamente relacionados com as

aspirações das massas trabalhadoras e englobam questões de política salarial, habitação, previdência, saúde e assistência, higiene e segurança no trabalho, ensino e formação profissional e tempos livres.

Por outro lado «e porque a resolução destes problemas só

é possível com o advento do Socialismo e isso implica o desaparecimento da situação de pauperização e dependência da economia portuguesa», serão discutidos ainda assuntos referentes «à participação dos trabalhadores na defesa do processo revolucionário» como por exemplo: o controle e a batalha da produção, orga-

nização sindical, unidade na acção e a força dos trabalhadores.

Dentro da definição das tarefas do movimento sindical, serão também objecto de análise e discussão deste Congresso dos Sindicatos a reestruturação sindical, formação sindical, informação e relações sindicais.

CD25A

24 JUL. 1975

# Congresso dos sindicatos promovido pela Intersindical na Gulbenkian

«A unidade dos trabalhadores e do povo, pelas liberdades pela democracia, pela paz, pelas transformações económicas e sociais e pela construção de uma sociedade socialista», problemas

relativos ao movimento sindical, nacionalizações, desenvolvimento económico, política sindical, tarefas dos sindicatos e participação dos trabalhadores na defesa do processo revolucionário, com especial incidência no controlo da produção e na batalha da economia constituem os pontos essenciais do anteprojecto de um «documento de orientação e acção para um Portugal» novo que será discutido, no Congresso dos Sindicatos, promovido pela Intersindical e cuja realização está prevista para amanhã até domingo na Fundação Gulbenkian em Lisboa.

No primeiro dia, o Congresso terá duas sessões, a primeira das 15 às 19 horas e a segunda das 21 às 23 horas, da parte da tarde, após a abertura e a saudação, serão discutidos e aprovados os estatutos; à noite, depois de serem prestadas informações sobre a actividade da central sindical será lido e discutido na generalidade o projecto do documento de orientação e acção.

No sábado, entre as 10 e as 13 horas será continuada a discussão na generalidade, seguindo-se a aprovação; das 15 às 19 horas principiará a discussão na especialidade do referido documento.

No domingo, estão previstas para a parte da manhã a conclusão da discussão na especialidade e respectiva aprovação. À tarde, será eleito o secretariado. O Congresso dos Sindicatos encerrará com uma sessão pública a partir das 17 horas de domingo, a qual incluirá a apresentação do documento de orientação e acção e do recém-eleito secretariado.

25 JUL. 1975

Lourenço Marques  
L. Marques**PELA PRIMEIRA VEZ EM 50 ANOS**

# **SINDICATOS PORTUGUESES REÚNEM-SE EM CONGRESSO**

LISBOA, 24 — Pela primeira vez em cinquenta anos, os sindicatos portugueses vão reunir-se em Congresso Livre no próximo fim-de-semana.

Organizado pela Intersindical o Congresso tem como objectivos a ratificação dos estatutos da central única dos trabalhadores e a discussão e votação do «documento de orientação e acção para um Portugal novo».

Os sindicatos reuniram livremente pela última vez na década de 1920, pouco antes do golpe militar de 1926 que instaurou a ditadura fascista em Portugal.

órgãos unitários dos trabalhadores e dos oficiais revolucionários a alternativa única que se impõe para travar o passo à reacção e caminhar para a real tomada de poder pelos trabalhadores.

26 JUL. 1975

# NO CONGRESSO DA INTERSINDICAL O APARTIDARISMO DOS SINDICATOS NÃO PODE SIGNIFICAR APOLITICISMO

Com o objectivo de dar cumprimento à lei sindical, que determina que a central única será criada a partir de um congresso aberto a todos os sindicatos e de discutir o documento de acção e orientação sindical, a Intersindical Nacional promoveu um Congresso dos Sindicatos, cujos trabalhos estão a decorrer desde ontem, nas instalações da Fundação Gulbenkian.

A sessão de abertura foi presidida pelo major Costa Martins, ministro do Trabalho, em representação do Presidente da República e do Conselho da Revolução.

Aberta a sessão, e depois de escutados e entoados por todos os presentes o Hino Nacional e a marcha da Intersindical, usou da palavra Correia Lopes, presidente do Congresso, que começou por saudar todos os operários e trabalhadores de todo o Mundo, em especial os das ex-colónias «hoje países livres e independentes, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e os trabalhadores angolanos ainda em luta contra o imperialismo», e ainda as delegações representativas de todas as organizações sindicais nacionais e estrangeiras e, por último, o ministro do Trabalho.

Seguidamente, dirigindo-se aos camaradas, evocou as primeiras reuniões da Intersindical ainda no período do fascismo, e fez votos por que os resultados do Congresso sejam os mais profícuos possíveis na prossecução da defesa intransigente dos interesses das classes dos explorados e oprimidos deste país, na efectivação das tarefas que ao movimento sindical incumbem para o bom êxito da Revolução Socialista Portuguesa.

No prosseguimento, e após ter afirmado que a «unidade é uma condição indispensável para a vitória da Revolução socialista» disse: «Com a nossa luta já conquistamos uma condição da máxima importância — a unidade da organização sindical. Esta é, com efeito, condição «necessária», mas convém não esquecer, não é condição «suficiente». Sem «unidade»,

dificilmente se alcança a «unidade». Porém só que com unicidade também não se alcança a «unidade». Veremos a oitava da «unicidade», temos de vencer outras batalhas, para garantirmos a indispensável «unidade de movimento sindical» e, afinal, do movimento operário português».

Mais adiante afirmou haver necessidade de garantir o efectivo apartidarismo na organização sindical, o que não pode significar apoliticismo. «Todos sabemos que nada é neutro numa sociedade de classes» o que «não devemos é misturar política partidária com sindicatos, mas os sindicatos têm de fazer assentar toda a sua acção numa clara definição política de defesa intransigente dos interesses de classe do proletariado e dos explorados e oprimidos».

Sublinhou que uma batalha «que temos de travar é a batalha da democracia, a batalha pela efectiva democraticidade interna de toda a organização sindical».

Quase a terminar, afirmou que os trabalhadores somente conquistarão a emancipação total, combatendo os grandes obstáculos à luz dos seguintes princípios: unidade, democraticidade, apartidarismo, antipitalismo e anti-imperialismo.

A concluir, exortou ainda os participantes no Congresso a desenvolverem o seu trabalho no sentido da defesa intransigente da autonomia da organização sindical face ao Estado. «Se conseguirmos, numa forma militante, levar estes princípios à prática; reforçaremos a nossa unidade e a nossa organização, contribuiremos para a unificação da classe operária e de todos os explorados e oprimidos e daremos o contributo decisivo para levar a bom termo as tarefas centrais da Revolução portuguesa, construindo o poder popular e a sociedade sem classes».

## PALAVRAS DO MINISTRO

O major Costa Martins, num breve improviso, falando em nome do Presidente da República, do Conselho da Revolução e no seu próprio, saudou os trabalhadores portugueses através dos seus organismos próprios, que são os Sindicatos.

Referindo-se às várias batalhas que se põem neste momento, disse que compete essencialmente aos trabalhadores conduzi-las. Impõe-se agora resolver o problema da construção do socialismo. No tocante à batalha da produção, que engloba não só o seu aumento como a própria reestruturação da economia nacional, passa por uma activação directa dos próprios trabalhadores, não esquecendo que as maiores liberdades implicam maiores responsabilidades.

Aludindo ao oratório nacional, afirmou que a comi-

são encarregada do seu estudo não pode levar a sua missão a bom termo sem a colaboração dos trabalhadores. Considerou existirem horários com número de horas exageradas e outro diminutos. Há que ajustá-lo.

No que concerne ao Ministério do Trabalho declarou que são infundadas as acusações sobre partidarismo, porquanto naquele departamento do Estado todos os trabalhadores têm o mesmo acolhimento. De resto, quando entrou para o Ministério do Trabalho fez um convite para que os partidos da coligação indicassem representantes para postos de chefia. «Se assim não aconteceu a culpa não é minha». Todavia o Ministério do Trabalho continua aberto à participação de todos os trabalhadores e tem estado ao serviço destes para a resolução dos seus problemas, que conduzem à construção do socialismo.

Ao abrir a sessão de trabalho, foi rejeitado um requerimento, apresentado por um grupo de Sindicatos, nomeadamente alguns do Norte do País, através do qual se pretendia adiar os trabalhos do Congresso para os primeiros dias de Outubro. Entre os vários fundamentos, alegava-se que as matérias a abordar não chegaram a tempo dos trabalhadores dos Sindicatos a debaterem e ainda à crise política que o País está a atravessar.

Por seu turno os jornalistas, em serviço de reportagem, requereram que pudessem assistir ao decorrer dos trabalhos, para o que solicitaram a anuência dos congressistas. A mesa, porém, não submeteu o pedido à votação, alegando que os representantes dos órgãos de Comunicação Social poderiam assistir às sessões, mas apenas na sua qualidade de trabalhadores sugestão que não foi aceite pelos interessados.

Encerrada a sessão de abertura, entrou-se na ordem dos trabalhos, com a participação de delegados de 145 sindicatos. O primeiro ponto respeitava à discussão e aprovação dos estatutos.

Os trabalhos, na parte da noite, incidiam sobre: Informes acerca da actividade da Intersindical; leitura do projecto do documento de orientação e acção.

\*

Com pedido de publicação recebemos do Secretariado da Intersindical Nacional a seguinte informação:

«Não se realizará a sessão pública de encerramento do Congresso dos Sindicatos, marcada para domingo, dia 27 de Julho, às 17 horas, na Praça do Campo Pequeno».

Esclarece a mesma informação que a sua não realização tem por base a situação política actual que exige uma constante mobilização dos trabalhadores para as tarefas de controlo e vigilância revolucionárias.

26 JUL. 1975

## Presentes 145 organismos no Congresso dos Sindicatos

# COSTA MARTINS: «A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO É TAREFA PRIORITÁRIA DOS TRABALHADORES»

Começou ontem, nas instalações da Fundação Gulbenkian, o Congresso dos Sindicatos promovido pela Intersindical Nacional, com o objectivo de dar cumprimento à lei sindical que estabelece que a central única será criada a partir de um congresso aberto a todos os organismos sindicais. Por outro lado, constitui também tarefa do congresso discutir o documento de acção e orientação sindical.

Na sessão de abertura, a que presidiu, em representação do presidente da República e Conselho da Revolução, o ministro do Trabalho major Costa Martins este proferiu um discurso em que referiu as varias tarefas que se põem nesta altura aos trabalhadores, salientando que têm de ser eles a conduzir as batalhas a travar.

A construção do socialismo é prioritário, sendo a batalha da produção um impulso importante para aquele objectivo, segundo o ministro que lembrou corresponderem às maiores liberdades as maiores responsabilidades.

Nas suas considerações, o ministro abordou a questão do horário de trabalho nacional e a actividade do departamento

governamental que dirige. Quanto ao primeiro, referiu a necessidade de diminuir a diferença que é dada por horários com número de horas exageradas e outros reduzidas. Relativamente ao seu Ministério, o major Costa Martins repudiou as acusações de partidarismo que lhe têm sido feitas, lembrando que ali têm o mesmo tratamento todos os trabalhadores e que, quando entrou para aquele organismo estatal, formulou um convite aos partidos da coligação para indicarem representantes seus para ocupar postos de chefia. «Se assim não aconteceu — frisou — a culpa não é minha», acrescentando que o M. T. se mantém aberto à participação de todos os trabalhadores.

No início da sessão, usou da palavra o presidente do congresso, Correia Lopes, que saudou todos os trabalhadores portugueses e de todo o mundo, especialmente os das ex-colónias portuguesas, e ainda as delegações representativas de todas as organizações sindicais nacionais e estrangeiras. Evocou, a seguir, as primeiras reuniões da Intersindical, antes do 25 de Abril, e desejou que os trabalhos avancem na prossecução da defesa intransigente dos

interesses da classe dos explorados e oprimidos deste país, na efectivação das tarefas que ao movimento sindical incumbem para o bom êxito da revolução socialista portuguesa».

Acrescentaria, também, que «vencemos a batalha da unidade e temos de vencer outras batalhas para garantirmos a indispensável unidade do movimento sindical, e, afinal, do movimento operário português».

Quanto ao apartidarismo da organização sindical, salientou o orador ser necessário garanti-lo, mas que tal não significa apoliticismo, e acentuou, quase no termo do seu discurso, que a unidade, a democraticidade, o apartidarismo, o anticapitalismo e o anti-imperialismo são as metas para os trabalhadores conseguirem a sua emancipação total.

No começo da sessão, foi apresentado um requerimento por um grupo de sindicatos — incluindo vários do Norte do país — no sentido de propôr o adiamento do congresso para o princípio de Outubro, pretensão que veio a ser rejeitada.

Por outro lado, foi requerido pelos jornalistas em serviço de reportagem ao Congresso que pudessem aqueles assistir aos

trabalhos. Porém, a mesa não submeteu o pedido à votação dos congressistas.

Entre as alegações apresentadas para a não autorização, salientou-se que os jornalistas poderiam assistir apenas na sua qualidade de trabalhadores. Os profissionais da Informação, no entanto, não aceitaram a sugestão apresentada.

Os trabalhos do congresso iniciaram-se pouco depois, com a participação de 145 sindicatos, sendo o primeiro ponto o da discussão e aprovação dos estatutos.

A noite, os congressistas elaboraram um informe sobre a actividade da intersindical e apreciaram um projecto do documento de orientação e acção».

26 JUL. 1975

# CONGRESSO DOS SINDICATOS APROVA ESTATUTOS DA INTERSINDICAL

**P**ROSEGUIRAM esta manhã e prolongar-se-ão durante toda a tarde, na Fundação Gulbenkian, os trabalhos do Congresso dos Sindicatos que hoje incidem muito especialmente sobre o projecto do Documento de Orientação e Acção para um Portugal Novo, que está a ser discutido por secções na sua especialidade. O projecto em questão contém seis capítulos nos quais, depois de um preâmbulo em que se exortam os trabalhadores a mobilizarem e a conjugarem todas as suas forças no sentido de alcançarem a sua emancipação, se abordam questões relacionadas com o movimento sindical português na luta pelo socialismo, as nacionalizações, o desenvolvimento económica, a política sindical e a participação dos trabalhadores na defesa do processo revolucionário. A questão da aprovação dos estatutos da Intersindical, uma das razões da existência deste Congresso dos Sindicatos, é já assunto arrumado uma vez que a maioria dos sindicatos presentes na sessão inaugural do congresso optou integralmente pelos estatutos da Intersindical Nacional, já aprovados em plenário de 28 e 29 de Junho, com uma pequena alteração no que respeita às quotizações dos sindicatos, que agora passam a ser de 6 em vez de 3 por cento.

A abrir a sessão inaugural, que começou com mais de uma hora e meia de atraso em relação ao horário previsto, usou da palavra o presidente do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul para proferir uma saudação em nome do secretariado da Intersindical Nacional, na qual se salientava que era à luz da unidade, da democraticidade, apartidarismo, anticapitalismo, anti-imperialismo e da defesa intransigente da autonomia da organização sindical face ao Estado que os trabalhadores deveriam desenvolver o seu trabalho, não só no decurso do congresso como também para além dele.

O mesmo orador referiu também a necessidade de definir, efectivamente, na prática, o movimento sindical como «movimento unitário de massas trabalhadoras portuguesas contra a exploração capitalista», salientando a propósito que, olhando a experiência anterior, «verificamos que até ao 25 de Abril de 1974 a unidade foi uma constante da acção dos sindicatos progressistas, que podendo embora vincular concepções e práticas sindicais diferenciadas, sempre conseguiram entender-se no essencial e formar assim uma frente unida à repressão fascista e às manobras da burguesia exploradora».

## Unidade anticapitalista

O facto de nos últimos tempos não ter sido possível manter uma unidade sem quebras entre os sindicatos deve-se, no entender do secretariado da Intersindical Nacional, à maior dificuldade com que se obtém a unidade anticapitalista que surge agora como substituta da unidade antifascista. Esta dificuldade terá, no entanto, de ser ultrapassada para que o movimento sindical possa ser uma importante componente do movimento de massas anticapitalista «que há-de varrer para sempre da terra a exploração do homem pelo homem» e para o que é necessário impedir que critérios secundários dividam os trabalhadores, os quais se devem unir em torno do que é realmente essencial na luta contra o sistema capitalista, pela criação da sociedade sem classes.

Ainda dentro do ponto 1.º da ordem de trabalhos, o único a que os órgãos de Informação tiveram acesso, proferiu também uma breve alocução o ministro do Trabalho, major Costa Martins, que presidiu à abertura do Congresso dos Sindicatos em representação do presidente da República, do Conselho da Revolução e do M. F. A.

Na sua intervenção, o ministro Costa Martins exortou os traba-



**A mesa que preside ao Congresso dos Sindicatos durante a sessão de abertura dos trabalhos em que esteve presente o ministro Costa Martins**

lhadores a empenharem-se directamente nas batalhas que neste momento se põem a todas as forças progressistas e apelou para que não fosse esquecida «uma função muito importante, fundamental, dos trabalhadores no sentido de uma ajuda mútua aos seus camaradas que se encontram em maiores dificuldades», lembrando a propósito o «Dia de salário para a Nação».

Depois da saída dos órgãos de Informação da sala em que se ia dar início aos trabalhos do congresso, foi apresentada uma moção na qual se pretendia o adiamento do congresso para Outubro, mas que nem sequer chegou a ser admitida na mesa para discussão, e aprovada por aclamação uma proposta de saudação ao M.F.A., «aos trabalhadores fardados reunidos também hoje na sua Assembleia do M.F.A.,

da qual aguardam medidas de continuada e reforçada aliança para garantia de plenas liberdades democráticas, na construção firme e decisiva da ambicionada sociedade socialista em Portugal, para fim da exploração do homem pelo homem e na libertação total dos povos oprimidos».

Quanto ao número de sindicatos presentes nesta primeira sessão do congresso, que aprovou os estatutos da Intersindical e cujos pormenores da votação apenas chegaram aos ouvidos dos órgãos de Informação transformados em palmas ou apupos, estiveram presentes delegados de cerca de 200 sindicatos, distribuídos pelos distritos de Aveiro, Braga, Beja, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Madeira, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Portalegre e Porto.

**Congresso  
dos  
Sindicatos**

## Prédios urbanos que rendam mais de 35 contos deverão ser nacionalizados — PROPÕE A INTERSINDICAL

**O ministro  
do Trabalho  
assistiu  
à cerimónia  
inaugural**

Face às indecisões do sector privado em investir na indústria da construção civil, o Congresso considera que se terá de avançar urgentemente para a reforma urbana, através da aplicação das seguintes medidas práticas:

«— Nacionalização das propriedades urbanas que permitam aos senhorios um rendimento predial global e mensal, líquido de impostos, superior a 35 contos.

«— Criação de um fundo de fomento de habitação social, para a qual reverteria fundamentalmente o valor do mês de caução actualmente na posse dos senhorios; o valor das rendas pagas aos alugadores de barracas e as rendas nacionalizadas.»

(CONTINUA NA 5.ª PÁGINA)



O ministro do Trabalho presidindo à sessão de abertura do Congresso dos Sindicatos

## Congresso dos Sindicatos

➔ Continuado da 1.ª página

Estas, algumas hipóteses para solucionar o problema de habitação preconizadas no anteprojecto preparado pela Intersindical para apresentar ao Congresso dos Sindicatos que ontem principiou no grande auditório da Fundação Gulbenkian, com a presença de representantes de 140 sindicatos.

Abriu os trabalhos o presidente do Congresso, Manuel Correia Lopes, do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, que saudou todos os operários e trabalhadores portugueses e os trabalhadores de todo o mundo e em especial os das ex-colónias, «hoje países livres e independentes» as delegações representativas de todas as organizações sindicais nacionais e estrangeiras presentes e, ainda, o ministro do Trabalho, major Costa Martins, representante do presidente da República e do Conselho da Revolução.

Depois de evocar as primeiras reuniões da Intersindical, ainda no período do fascismo, o orador manifestou o desejo «de que neste congresso a experiência extraordinariamente rica dos últimos anos não seja olvidada e que erros cometidos e tarefas levadas a bom termo sejam tidas em conta por todos nós» «...» de modo a que os resultados desse trabalho sejam o mais profícuos possível na prossecução da defesa intransigente dos interesses da classe dos explorados e oprimidos deste País na efectivação das tarefas que ao movimento sindical incumbem para o bom êxito da Revolução Socialista Portuguesa.

Noutro passo da sua intervenção o orador salientou: «Temos de garantir o efectivo apartidarismo da organização.»

E acrescentou: «Em Portugal, onde a vanguarda política revolucionária está dividida e é urgente unificá-la, este princípio do apartidarismo ganha especial importância e temos de o seguir escrupulosamente sob pena de jamais conseguirmos a unidade do movimento sindical e contribuirmos desse modo para a derrota do processo revolucionário.»

★ **COSTA MARTINS ASSEGUROU:**  
«O ministro do Trabalho não faz política partidária»

Coube depois ao major Costa Martins, ministro do Trabalho, saudar todos os trabalhadores portugueses, através dos seus organismos representativos, os

sindicatos.

Salientou, depois, haver várias batalhas que se põem neste momento e que conduzem ao socialismo, afirmando que «depois do 25 de Abril tem sido fácil aos trabalhadores orientar a sua luta, conduzida em liberdade com o apoio do M.F.A.

«Impõe-se agora — referiu a seguir — resolver o problema da construção do socialismo, da batalha da produção, que não constitui só o aumento do trabalho e a reestruturação da economia, passando pela actividade directa dos trabalhadores». Acrescentou que às maiores liberdades correspondem as maiores responsabilidades.

Pouco, depois, aspectos do horário de trabalho nacional, acentuando que a respectiva comissão só estará de acordo se os trabalhadores estiverem de acordo também em dar a sua contribuição de forma a encontrar o modo para resolver o problema.

Aludiu a horários exagerados e diminutos, havendo por isso necessidade de serem ajustados, conforme proclamou, e falou, por seu turno, de problemas de desemprego, não sendo com horários de trabalho que se resolvem — afirmou — mas sim com a criação de mais postos de trabalho.

O major Costa Martins referiu-se depois à actividade do Ministério do Trabalho, dizendo não terem consistência as afirmações de que aquele departamento faz política partidária.

Sublinhou que todos os trabalhadores têm o mesmo acolhimento no Ministério do Trabalho e recordou, a propósito, que quando entrara para desempenhar aquele cargo dirigira convites aos partidos políticos para indicarem nomes com vista a funções de chefia.

«Se isso não aconteceu, a culpa não foi minha — afirmou — mas aquele Ministério continua aberto a todos os trabalhadores.»

### ★ PEDIDO O ADIAMENTO DO CONGRESSO

No início dos trabalhos, vedados aos jornalistas, foi apresentada por representantes dos órgãos da Comunicação Social, que ali se encontravam em serviço profissional, uma proposta no sentido de a assembleia se pronunciar se os jornalistas poderiam, ou não, manter-se nas suas funções, no local, com vista à cobertura dos assuntos que digam respeito aos trabalhadores.

Em vez de o requerimento ser posto à apreciação dos congressistas a Mesa decidiu que os jornalistas poderiam assistir à sessão como trabalhadores, mas sem poderem dar notícia do que se passava.

Não foi aceite, pelos jornalistas, essa determinação, pelo que não puderam eles colher directamente os elementos necessários para as suas reportagens. Soubes-se, depois, que havia sido apresentada por numerosos sindicatos, principalmente do Norte, uma questão prévia, no sentido de o Congresso ser adiado para os primeiros dias de Outubro.

Posta à votação, a questão prévia não foi admitida.

A ordem dos trabalhos incluiu a discussão e aprovação dos estatutos, informes sobre a actividade da Inter, leitura do projecto do documento de orientação e discussão na generalidade.

O Congresso prosseguirá hoje com a discussão na especialidade, por secções.

### ★ MOBILIZAÇÃO DE TRABALHADORES PARA CONTROLO E VIGILÂNCIA REVOLUCIONÁRIA

— alerta da Intersindical

Distribuído pelo Secretariado da Intersindical recebemos o seguinte comunicado:

«Não se realizará a sessão pública de encerramento do congresso dos sindicatos marcada para domingo, às 17 horas, na Praça do Campo Pequeno.»

«A sua não realização — prossegue — tem por base a situação política actual que exige uma constante mobilização dos trabalhadores para as tarefas de controlo e vigilância revolucionárias.»

27 JUL. 1975

TERMINA HOJE O I CONGRESSO DOS SINDICATOS

# REALÇADO O OBJECTIVO DO PODER POPULAR

• Vasco Gonçalves presidirá à sessão final

Nas instalações da Fundação Gulbenkian prosseguiram ontem e terminam hoje os trabalhos do Congresso dos Sindicatos. Cerca de duzentas organizações, representando quase noventa por cento dos trabalhadores nacionais, ratificaram já os estatutos da Intersindical. Segundo esses estatutos é princípio da central sindical única reconhecer e defender o princípio da unidade e unicidade sindical, combatendo todas as acções tendentes à divisão dos trabalhadores.

Os seus fins são, entre outros «defender e promover, por todos os meios ao seu alcance os interesses colectivos dos trabalhadores e lutar pela emancipação da classe trabalhadora e pelo fim da exploração do homem pelo homem».

Antes da ordem de trabalhos foram tratados dois pontos prévios. O primeiro apresentado pela União dos Sindicatos de Aveiro para repudiar «um comunicado, em papel timbrado desta União, atacando e caluniando torpemente o MFA, o Conselho da Revolução, o primeiro-ministro, o Copcon e o presidente da República», que foi distribuído por Lisboa e classificado como acto reaccionário e contra-revolucionário.

O outro foi uma comunicação do representante do Sindicato dos Ourives do Sul esclarecendo anterior intervenção de outro membro do Sindicato que criticava asperamente a actuação da Intersindical contestando de igual modo os estatutos já aprovados. Tal opinião foi corrigida pelo representante oficial que manifestou o seu apoio àquele organismo.

Entrou-se, depois, na ordem de trabalhos. Antero Martins, do Secretariado da Intersindical, leu o «Documento de orientação e acção para um Portugal novo» (projecto).

Seguidamente passar-se-ia à sua discussão na especialidade. No entanto, registaram-se, ainda, algumas intervenções de personalidades presentes. Em nome do presidente da República e do Conselho da Revolução compareceu aos trabalhos do congresso o primeiro-tenente Judas. Usando da palavra referiu que «o movimento sindical português é uma das componentes mais fortes do movimento popular de massas em Portugal. Esse movimento popular de massas precisa de ser unido; a ele precisam de ser trazidos todos os trabalhadores na sua posição de classe, bem diferenciados dos que ficam do outro lado da barricada, isto é, os capitalistas. Na fase que hoje estamos a viver,

de luta muito intensa pelo poder político, pelo poder económico, pela conquista do poder político e do poder económico para as massas trabalhadoras, de intensa luta de classes, recai sobre o congresso uma grande responsabilidade».

Noutro passo afirmou que «as conclusões que saírem daqui, têm que ser agarradas, têm que ser assumidas pelos dirigentes sindicais, que são ainda os mais responsáveis. Têm que sair daqui e ir para todos os sindicatos, têm que sair daqui e têm que chegar a todos os trabalhadores».

Outra intervenção importante foi a de Manuel Lopes, do secretariado da Intersindical.

Versando sobre o poder popular, começou por dizer que «a institucionalização pela Assembleia do MFA dos órgãos embrionários do poder operário e popular (ainda em fase nascente, se atendermos a realidade que é todo o Portugal) é a única e verdadeira causa da movimentação reaccionária que os fascistas e os sociais-democratas seus herdeiros desencadearam em vários pontos do país nos últi-

mos dias a coberto dos mais variados pretextos ou mesmo sem nenhum pretexto que não seja o ódio cego e criminoso às forças progressistas que estão empenhadas no avanço do processo revolucionário».

Depois de traçar uma perspectiva do aspecto económico português, sublinhou que «a construção do poder popular representa afinal o objectivo pelo qual se propõem lutar todos os revolucionários consequentes, lutando para derrubar o poder da burguesia e instaurar o poder dos trabalhadores, o poder das massas».

E interrogou:

«Dizem os inimigos do povo que o poder popular é uma ditadura. Mas uma ditadura sobre quem, camaradas? Será

(CONTINUA NA 10.ª PÁGINA)

## CONGRESSO DOS SINDICATOS

(CONTINUADO DA 2.ª PÁG.)

Vasco Gonçalves à sessão de encerramento.

uma ditadura sobre o povo, a quem é agora dada a possibilidade de decidir a todos os níveis sobre os assuntos que lhe dizem respeito?

«Constituirão uma ditadura sobre o povo, estas formas que o próprio povo e as massas trabalhadoras foram encontrando na sua luta diária nas fábricas, nos bairros e nos quartéis, para combater a subida do custo de vida, para lutar pelo direito à habitação, para combater a disciplina patronal reaccionária, para acabar com a cega disciplina militarista?

«A esta ampla liberdade que o povo tem de se organizar e de discutir democraticamente os seus problemas chamam os chefes burgueses, uma ditadura, camaradas...»

No decorrer dos trabalhos de ontem, foram aprovadas duas moções: uma de apoio ao povo chileno e à CUT, e a outra dirigida ao povo cubano no 26.º aniversário do assalto ao quartel de Moncada.

De referir que foram apresentados ao congresso diversas teses de vários sindicatos, duas das quais vieram a ser integradas como adendas ao documento-guia. Trata-se de uma sobre reforma agrária e outra sobre o sector das pescas.

O congresso dos sindicatos termina, hoje, tendo sido anunciada a presença do general

27 JUL. 1975

# Encerra-se esta tarde o Congresso dos Sindicatos

Proseguiram, ontem, os trabalhos do Congresso dos Sindicatos, nas instalações da Fundação Gulbenkian.

Após a aprovação dos estatutos da Intersindical — um dos pontos fulcrais do encontro —, que os congressistas deliberaram optar pelos estatutos da Intersindical Nacional, aprovados, em plenário de 29 de Junho, introduzindo-lhes apenas uma alteração (as quotizações dos Sindicatos passam de 3 para 6 por cento), os grupos de trabalho fizeram na análise do projecto dos documentos de orientação e acção.

Discutido e aprovado na generalidade, entrou-se na apreciação na especialidade do mesmo documento, a qual preencherá ainda as sessões desta manhã.

Na parte da tarde de hoje, proceder-se-á à eleição do Secretariado, seguindo-se a sessão de encerramento que englobará, além de saudações ao Congresso, a apresentação do Secretariado e a leitura do documento de orientação e acção.

O Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves, estará presente na sessão de encerramento.

A CAPITAL

LISBOA

28 JUL. 1975

## Secretariado Nacional

Tomará posse na próxima segunda-feira o Secretariado Nacional da Intersindical, que foi ontem eleito, por escrutínio secreto («para tranquilidade dos legalistas», como diria Manuel Correia Lopes, membro cessante daquele órgão), tendo sido aprovado por uma votação de cerca de 84 por cento de votos favoráveis.

O secretariado — que estará em funções por três anos — é constituído por quinze elementos efectivos e dez suplentes (entre os quais haverá a destacar o nosso camarada Figueiredo Filipe, do «Diário de Notícias»).

É a seguinte a composição do secretariado eleito: efectivos — Adérito Catalão (Rodoviários de Lisboa), Álvaro Rana (Farmacêuticos), Ângelo Ferreira (Metalúrgicos do Porto), Antero Martins (Bancários de Lisboa), António Andrade (Ferroviários do Sul), Beatriz Diogo (Tabacos de Lisboa), Carlos Carvalho (Ferroviários de Lisboa), Jaime Machado (Artes Gráficas), Joaquim Moreira (Químicos de Lisboa), Matos Alves (Construção Civil), José Luís Judas (Escritórios de Lisboa), António Rosas (Têxteis de Lisboa), Manuel Tagaroso (Agricultores de Lisboa), Teixeira de Freitas (Têxtil do Porto) e Maria Filomena Santos (Comércio de Lisboa). Suplentes: Figueiredo Filipe, Américo Nunes (Hotelaria), António Calarrão (Operários Agrícolas de Lisboa), Teixeira da Silva (Gráficos do Porto), Lourenço Dias (Bancários de Coimbra), Carvalho Branco (Metalúrgicos de Santarém), João Gonçalves (Escritórios do Porto), Juvelino Ferreira, Clara Botelho Costa e Viriato Ramos.

# NESTE MOMENTO AVANÇAR NA PRODUÇÃO É CONSOLIDAR AS CONQUISTAS ALCANÇADAS

**-declarou o general Vasco Gonçalves  
ao encerrar o Congresso dos Sindicatos**

Este congresso em representação dos trabalhadores portugueses, é uma força fundamental da vanguarda da Revolução portuguesa, declarou o general Vasco Gonçalves quando, ontem, na Fundação Gulbenkian, usou da palavra na sessão de encerramento do Congresso dos Sindicatos.

«O fortalecimento da consciência de classes dos trabalhadores portugueses, é o fortalecimento do patriotismo português» afirmou o primeiro-ministro para acrescentar «o fortalecimento da consciência de classe dos trabalhadores não é divisionista, mas é unitária. Porque os interesses do futuro de Portugal estão intimamente ligados àquilo que vós fizésteis no Congresso. Este Congresso mostra a vossa unidade democraticamente assumida».

Mais adiante salientou: «O

momento que estamos atravessando é muito grave. Ainda hoje à tarde ouvi uma palestra sobre a Revolução cubana e tive ocasião de verificar as dificuldades tremendas que eles atravessaram. Há uma questão muito importante quando nós dizemos que optamos pelo socialismo isso é muito grave.

Isso representa uma grande responsabilidade. Há pessoas que optaram pelo socialismo mas não fazem ideia do que estão a dizer neste momento».

Prosseguiu o general Vasco Gonçalves: «Dada a si-

tuação que nós vivemos, vós deveis ter consciência de que toda a vossa vida está dedicada à implantação do socialismo em Portugal. Isso obriga a uma entrega total.

Deveis compreender que um período revolucionário, é um período agitado e quando vires um camarada mais desanimado deveis abraçá-lo, num abraço fraterno».

«Como disse o brigadeiro Carvalho, no Porto, esta luta é uma luta de morte contra o capitalismo. Vós tendes um papel fundamental a desempenhar como vanguarda dos trabalhadores.

Estamos num período de intensa vigilância popular. Sabemos que este Congresso tem decorrido sob o signo da unidade, pois nós pretendemos isso em todos os campos, a unidade das massas trabalhadoras a unidade Povo/M.F.A. Há muita gente que nos acusa de verbalismo, mas estas palavras têm de constituir a aprovação da consciência social de todos nós. Nós temos um problema a resolver: é pôr a consciência social de acordo com as transformações materiais que ainda não conseguimos».

(CONTINUA NA 5.ª PÁGINA)

## CONGRESSO DOS SINDICATOS

→ Continuado da 1.ª página

### ★ «TEMOS QUE TER ALIADOS»

Noutro passo, o general Vasco Gonçalves referiu: «Nós não podemos caminhar para o so-

cialismo sem que os trabalhadores estejam integrados neste processo. Nós temos que ter aliados. Esses aliados pode ser a pequena burguesia, os pequenos comerciantes, os pequenos industriais, os pequenos e médios agricultores. Esses aliados têm de ser conquistados para a nossa causa. Só com medidas, só com actos, nós podemos provar que estamos conscientes de que poderemos caminhar como aliados. Não podemos afastar camadas da população que poderão ser na prática nossos aliados».

Mais adiante, o primeiro-ministro, ao caracterizar o inimigo que temos de combater, acentuou: «Essas forças que nos combatem desenvolvem actividades no sentido de os trabalhadores exigirem reivindicações incomportáveis neste momento para a economia do nosso país».

«Neste momento, avançar na produção é consolidar as conquistas alcançadas» salientou, a dada altura, para prosseguir mais adiante: «O poder popular não é nenhum «papão» senão para aqueles que não estão com as massas trabalhadoras.

O poder popular não deve ser um papão, mas antes qualquer coisa que se constrói em céu aberto, em íntima ligação com o M. F. A., e que é objecto da construção do socialismo em Portugal. Se nós fizermos isso, não estamos a alterar nem o programa do M. F. A., nem o programa de acção política, nem o pacto que celebramos. Mas é uma responsabilidade muito grande, esta da construção do poder popular. Isto tem que ser feito com cuidado, com cautela. Evidentemente que há-de ser feito com erros, mas é preciso analisar esses erros. Nós adaptamos um caminho para o socialismo, mas temos que ter muito cuidado a percorrê-lo. Isto não quer dizer que fiquemos com as mãos atadas.

Em seguida, o general Vasco Gonçalves apontou as tarefas fundamentais de combate à reacção, medidas de carácter económico que vão de encontro às aspirações profundas das camadas que deverão ser as nossas aliadas, das camadas dos trabalhadores. Isto, aliás, já foi dito aqui.

Não estou a dizer nada de novo. Isto mostra o amadurecimento da consciência das classes trabalhadoras. Devemos avançar na revolução cultural.

«O povo não é reaccionário» afirmou a certa altura o primeiro-ministro e continuou «pode é ser utilizado pelas forças reaccionárias. Nós, M.F.A., estamos sinceramente empenhados em que esta vanguarda se consolide porque sem uma vanguarda sólida nós não construiremos o socialismo.

Tudo faremos no sentido de nos fundirmos uns com os outros. Não vos deixeis dominar pelas lutas partidárias. O M.F.A. deseja que todos os partidos que sejam revolucionários estejam connosco, desejamos a unidade com os partidos revolucionários.

### ★ «AS TAREFAS PRINCIPAIS DA REVOLUÇÃO»

Encontravam-se presentes na mesa da presidência os membros do Conselho da Revolução entre os quais o almirante Rosa Coutinho, o comandante Correia Jesuino, o major Costa Martins, o comandante Contreiras e o tenente Judas.

A sessão abriu com um discurso de Manuel Lopes, do Secretariado da Intersindical que fez uma análise das perspectivas abertas aos trabalhadores após a realização deste Congresso.

Manuel Lopes a dada altura da sua intervenção, salientou: «Na actual fase da luta de classes as tarefas principais da Revolução são sem dúvida a destruição do poder económico e político da burguesia e a construção do poder dos trabalhadores e a preservação da independência nacional».

Mais adiante acentuou: «A situação actual caracteriza-se pela crise generalizada a todos os níveis, no campo económico, no desemprego, no desequilíbrio da balança de pagamentos. A

crise económica junta-se a crise política».

### ★ ELEITO O SECRETARIADO

Durante a manhã continuou-se a discussão na especialidade do «Documento de Orientação e Acção para um Portugal Novo», que foi aprovado na sessão da tarde.

Antes do encerramento procedeu-se à eleição do novo secretariado, que ficou assim constituído:

Adérito Nascimento, do Sindicato dos Rodoviários de Lisboa; Alvaro Rana, do Sindicato dos Farmacêuticos de Lisboa; Angelo Ferreira, do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto; Antero Martins, do Sindicato dos Bancários de Lisboa; António Andrade, do Sindicato dos Ferrovários do Sul; Beatriz Diogo, do Sindicato dos Tabacos de Lisboa; Carlos Carvalho, do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa; Jaime Machado, do Sindicato das Artes Gráficas de Lisboa; Joaquim Moreira, do Sindicato dos Químicos de Lisboa; José Alves, do Sindicato da Construção Civil de Lisboa; José Judas, do Sindicato dos Empregados de Escritório; António Ruas, do Sindicato dos Têxteis de Lisboa; Manuel Tagarro, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Lisboa; Manuel Freitas, do Sindicato dos Têxteis do Porto; e Maria Santos, do Sindicato dos Empregados de Comércio de Lisboa.